

**A IDEOLOGIA NEGACIONISTA E SEUS IMPACTOS NA CRISE DO  
CLIMA: UM INSUSTENTÁVEL DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
EM MEIO A UMA CRISE PANDÊMICA**

*The Denialism Ideology And Its Impact On The Climate Crisis: An Unsustainable Sustainable  
Development Inside Of A Pandemic Crisis*

Bruno Alysson Soares Rodrigues <sup>1</sup>

 <https://orcid.org/0000-0003-1798-8177>

Antonio Marcondes dos Santos Pereira <sup>2</sup>

 <https://orcid.org/0000-0002-0890-9011>

Maria Aires de Lima <sup>3</sup>

 <https://orcid.org/0000-0003-4463-1691>

---

<sup>1</sup> Doutorando em educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará (PPGE/UECE). E-mail: bruno.alysson@aluno.uece.br.

<sup>2</sup> Professor da Universidade Estadual do Ceará. E-mail: antonio.marcondes@uece.br

<sup>3</sup> Doutoranda em educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará (PPGE/UECE). E-mail: maria.aires@aluno.uece.br.

## RESUMO

Este artigo busca analisar a consequência social da ideologia negacionista e a difusão das sedutoras ideias que tentam conciliar a predatória expansão do desenvolvimento do capital e a preservação da natureza. Neste sentido, argumentamos que a produção destrutiva é uma categoria imanente ao capital e que ela exige, em economias dependentes como o Brasil, a flexibilização das legislações ambientais no intuito de ajustar a estrutura econômica do país à nefasta expansão do capital. Ainda, demonstramos que a expansão do negacionismo ocorre a partir do complexo social da educação em sentido amplo, convertendo-se em ideologia e adentrando diversas áreas da ciência. Por fim, analisamos as consequências sociais do negacionismo climático no Brasil, demonstrando como as legislações atuais não apenas se modificam, mas se ajustam aos desígnios da necessidade de acumulação primitiva de capital.

**Palavras-chave:** Crise climática. Trabalho. Ideologia. Negacionismo. Crise estrutural.

## ABSTRACT

This paper aims to analyze the social consequences of denialism ideology and the spread of seductive ideas that try to reconcile the predatory capitalism development expansion and the nature preservation. In this sense, we argue that destructive production is one of capitalism main category and that it requires, in dependent economies such as Brazil, the flexibility of environmental legislation in order to adjust the country's economic structure to the capitalism disastrous expansion. Furthermore, we demonstrate that the denialism expansion occurs by the social complex of education in a broad sense, becoming an ideology and entering in different areas of science. Finally, we analyze the climate crisis denialism social consequences in Brazil, demonstrating how current legislation not only changes, but adjusts to the designs of need for primitive capital accumulation.

**Keywords:** Climate crisis. Work. Ideology. Denialism. Structural crisis.

## Introdução

Nas últimas décadas, o debate sobre os impactos das ações humanas no planeta tem tomado a atenção de intelectuais, governos e até mesmo de camadas da sociedade que apenas conheciam o assunto de forma muito indireta (PIRES e SILVA, 2017). A imprensa, as redes sociais e demais meios de comunicação têm divulgado relatórios, estudos e pesquisas que demonstram o aumento dos níveis de aquecimento global<sup>4</sup>, a irracional taxa de consumismo<sup>5</sup>, obsolescência programada e o

---

<sup>4</sup> Ver o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, IPCC, Aquecimento global de 1,5°: Relatório especial do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) sobre os impactos do aquecimento global de 1,5°C acima dos níveis pré-industriais e respectivas trajetórias de emissão de gases de efeito estufa, no contexto do fortalecimento da resposta global à ameaça da mudança do clima, do desenvolvimento sustentável e dos esforços para erradicar a pobreza. Versão em português do Brasil disponível em [https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/sites/2/2019/09/SR15\\_SPM\\_Portuguese.pdf](https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/sites/2/2019/09/SR15_SPM_Portuguese.pdf). Acesso em 13/jun/2021. Os

consumo perdulário do mundo presente que, aliado ao fator do desenvolvimento econômico desigual e combinado (LÖWY, 1998), já esboça claros sinais de esgotamento dos recursos naturais deste planeta.

É neste sentido que a preocupação com o meio ambiente tem ganhado um lugar cada vez maior na ordem do dia a partir de lemas bastantes sedutores e que provavelmente já são conhecidos pelo grande público, a saber, o desenvolvimento sustentável, a economia verde e a solidária, que têm sido usados para se referir ao esforço da burguesia e de camadas da pequeno-burguesia em tentar compatibilizar o crescimento econômico capitalista com a preservação dos recursos naturais, buscando mostrar meios alternativos de se manter o capitalismo sem que se torne violenta e predatória a busca pela acumulação de capital.

Aqui cabe um importante lembrete: para a burguesia não há melhor alternativa possível para existir neste planeta que não seja o atual modo de produção, neste sentido, se as ideias dominantes são as ideias da classe dominante, a burguesia necessita reunir um conjunto de ideias, valores e pressupostos teóricos capazes de dar conta da tarefa de manter a ordem, o desenvolvimento econômico, a lei geral de acumulação capitalista e, principalmente, demonstrar que o capitalismo é a única, melhor e mais desenvolvida forma de se realizar o saudável metabolismo orgânico entre o homem e a natureza. Para justificar tais ideias, a classe que detém a propriedade privada dos meios de produção e que, portanto, suas ideias são as ideias dominantes, precisa difundir ideologicamente este conjunto de valores necessários para a manutenção do capitalismo, precisa que suas ideias sejam fluidas e sucintas o suficiente para que possam se espalhar por entre os complexos sociais que compõem a totalidade social (LUKÁCS, 2013).

É nessa perspectiva que o complexo social da educação, em seu sentido amplo, conforme explica Lukács (2013), cumpre um importante papel na difusão das ideias que conservam a concepção de mundo e mantêm o atual estado de coisas por meio de verbetes, teses ou categorias que se propõem transformadoras, mas que, na verdade, conduzem a classe trabalhadora para sorradeiras armadilhas que turvam ainda mais a visualização de um horizonte verdadeiramente

---

relatórios parciais e atualizados podem ser encontrados no sítio da organização e está disponível no seguinte endereço eletrônico: <https://www.ipcc.ch/about/preparingreports>.

<sup>5</sup> Ver o relatório da ONG GFN intitulado Ecobytes: What can data tell us about the world's natural resource producers and consumers? Fonte: GLOBAL FOOTPRINT NETWORK. Disponível em: <https://www.footprintnetwork.org/2021/05/20/ecobytes-what-can-data-tell-us-about-natural-resource-producers-and-consumers>. Acesso em 13/jun/2021.

transformador e radical, um horizonte em que uma outra alternativa de produzir a existência seja possível.

Para tornar a situação ainda mais problemática, o período de decadência ideológica da burguesia inaugura também um período em que alguns dos avanços já consolidados pela própria classe dominante são negados em função da necessidade de se justificar a manutenção do atual estado de coisas. Entra em cena, com a ascensão de governos de extrema direita como o de Jair Bolsonaro no Brasil, o negacionismo científico e filosófico, isto é, temos percebido a intensificação das bases materiais que proporcionam a difusão de uma ideologia negacionista e que se configuram como “estratégias políticas e econômicas da direita para legitimar sua práxis, sobretudo na conjuntura da crise do capital” (LIMA, 2020, p. 363). Ainda segundo Lima (2020), essas estratégias, no campo da ideologia, criam cortes epistemológicos na compreensão da realidade social com o intuito de negar a objetividade concreta dos fatos, facilitando a manipulação de massas a partir do descrédito da razão dialética.

Desta forma, o que antes era um aspecto progressista da burguesia, agora passa a ser negado, mistificado. O que antes servia como elemento de aproximação da realidade e de conhecimento de mundo, hoje passa a ser algo que produz subjetividades estranhadas<sup>6</sup>, causando deformações subjetivas (LUKÁCS, 2013). O caráter negacionista da burguesia é um dos elementos que assessoram as ideias que pretendem justificar o atual modo de produção, mantendo intacta a estrutura causal que sustenta a sociabilidade capitalista, apresentando o próprio capitalismo como alternativa a ele mesmo por meio de subterfúgios linguísticos e jogo de palavras que, na verdade, garantem a continuidade da superexploração da natureza em benefício do capital.

Ocorre que a estrutura causal do modo de produção capitalista necessita utilizar incessantemente os recursos naturais para a produção de mercadorias e valorização do valor. Essa

---

<sup>6</sup> O homem estranhado não é de modo absoluto, desprovido do “seu ser-homem social”; do vínculo de pertencimento “à sociabilidade do gênero humano”. Mesmo a designação do escravo como um instrumento em termos jurídicos que aponta para a sua condição real de cativo, ainda assim, afirma Lukács, objetivamente em si, [ele, o escravo] continua sendo um ser social, um modelo do gênero humano. Desta forma, o que efetivamente constitui um processo de estranhamento neste caso é o fato jurídico-político e histórico do ser homem do escravo estar subjugado a um sistema socialmente alienante; excludente, produtor de desigualdades, violência de classe e deformações subjetivas, morais e éticas, como foi o caso do escravismo antigo e o escravismo colonial moderno. A consequência, portanto, é que estas estruturas submetem o ser homem do escravo às formas alienantes de socialização desumanizadora, neste sentido, ele não perde sua condição ontológica de ser social, mas é privado de sua condição humana, de sua dignidade enquanto pessoa.

necessidade ontológica produz falaciosos discursos ideológicos que afetam, como afirmado outrora, o metabolismo orgânico entre a sociedade e o planeta, exaurindo recursos naturais que durariam anos se fossem racionalmente administrados para satisfazer as necessidades humanas e não as necessidades do capital. As teses da economia verde, do desenvolvimento sustentável e da economia solidária tentam, cada uma a seu modo, tornar-se um símbolo de articulação de esforços internacionais para diminuir danos ambientais, minimizar impactos nas comunidades vizinhas e conciliar a acumulação de capital ao nefasto mecanismo de uso dos recursos naturais do planeta.

Nos propomos, diante do contexto apresentado, a elaborar algumas considerações sobre três questões que permeiam o debate aqui suscitado. Na primeira seção deste artigo, pretendemos demonstrar que a educação em sentido amplo se converte em ideologia no sentido em que pode servir como forma de sustentar e veicular ideias, valores e ideologias dominantes, e que essa ideologia incide sob o modo de se comportar dos indivíduos, seus pensamentos, valores e escolhas entre alternativas. Na segunda seção, argumentamos que as ideias dominantes, que demonstram de maneira cada vez mais transparente seu caráter irracionalista e negacionista, se difundem como manifestação ideológica de uma crise estrutural e de uma decadência ideológica que exige da classe dominante a difusão de ideias que mistificam a realidade no intuito de não alterar o atual estado de coisas. Na terceira seção, por fim, discutimos como a crise da estrutura causal do modo de produção capitalista propõe como alternativa ao nefasto metabolismo orgânico entre homem e natureza um desenvolvimento sustentável que, em outras palavras, se configura como uma forma de conciliar a lei geral de acumulação do capital, os interesses de desenvolvimento econômico da burguesia e a manutenção da dependência econômica de países periféricos.

Desta forma, refletimos sobre o período de negacionismo científico a respeito da questão climática que, somado a crise pandêmica, tem se prolongado no Brasil com a ascensão da extrema-direita. Assim sendo, a respeito do negacionismo científico, concordamos com Lima (2020, p. 363-364), quando afirma que

a negação dos pressupostos racionais, da objetividade e do movimento da história enquanto totalidade, são substituídos por interpretações subjetivistas sem mediações com o todo, surgindo daí o discurso da pós-verdade, pautados na negação da realidade concreta, que é substituída por interpretações subjetivistas. Na prática, existe um projeto de relativização do real a partir de achismos.

A estrutura causal do capitalismo requer uma justificativa ideológica para a continuação da exploração dos recursos naturais do planeta para perpetuar o processo de acumulação de capital. No entanto, como o desenvolvimento do capitalismo e a preservação do meio ambiente são antípodas, a única forma de a classe dominante produzir uma justificativa plausível para seus nefastos propósitos é a negação do real, da objetividade e da razão dialética, constituindo assim uma ideologia negacionista<sup>7</sup>. É possível, no entanto, rastrear a gênese ontológica destes fenômenos contemporâneos, analisando suas manifestações no cotidiano dos indivíduos, nos fatos históricos recentes e no desdobramento da difusão desta ideologia no pensamento das massas manipuladas.

Para dar conta das análises pretendidas nos pautamos em uma concepção materialista da história, tendo por base teórica a tradição do pensamento marxista para a crítica da economia política, o legado da ontologia lukacsiana para questões como ideologia, educação e a decadência ideológica burguesa e, além disso, lançamos mão das contribuições de alguns dos autores que se debruçaram sobre a questão da ruptura metabólica entre humanidade e natureza como Kohei Saito (2017; 2020), John Foster (2000) e Michel Löwy (2015).

### **Ideologia, educação e reprodução social: o agir socialmente esperado**

A ideologia entendida como uma prévia ideação que desencadeia comportamentos sociais nos indivíduos e os levam a tomarem consciência dos conflitos que surgem das contradições econômicas (LARA, 2013), se manifesta também como uma ideia que visa influenciar outras consciências para atender a determinados interesses (VAISMAN, 2010). Esse é o caso da educação, que pressupõe um comportamento socialmente esperado dos indivíduos, um processo em que são prescritas normas gerais sociais para o comportamento futuro do indivíduo, normas que se estabelecem por modelos positivos ou negativos de comportamento (LUKÁCS, 2013).

---

<sup>7</sup> Há alguns anos tem sido gestado no Brasil um ecossistema altamente danoso à produção de conhecimento científico. Capitaneado por Jair Bolsonaro, o negacionismo foi institucionalizado nos diferentes órgãos do governo. Mais informações no texto A guerra contra a ciência: pós-verdade e desinformação, de autoria de Pablo Ornelas Rosa, Carlos Eduardo Gama e Marcelo Fetz. Fonte: NEXO Jornal. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/ensaio/2021/A-guerra-contra-a-ciencia-pós-verdade-e-desinformação>. Acesso em 13/jun/2021.

Para Lukács (2013), só podemos entender concretamente o que é ideologia a partir da função social que ela exerce no conjunto da vida cotidiana dos indivíduos. A educação, portanto, pode se converter em ideologia quando ela pretende influenciar comportamentos que visam desenvolver os processos de reprodução da sociabilidade que se quer conservar ou transformar. A realização de objetivações sociais condiciona o conjunto da sociedade a essas exigências. Nesse aspecto,

o mais importante [...] é que esse desenvolvimento produz os pores teleológicos que visam suscitar um novo comportamento em seus semelhantes e lhes confere importância crescente tanto extensiva como intensivamente, tanto quantitativa como qualitativamente para o processo de produção, para a sociedade como um todo. (LUKÁCS, 2013, p. 483).

Cada sociedade ao longo do tempo elabora um tipo específico de educação, processo pelo qual serão reproduzidas determinadas visões de mundo e valores vinculados às exigências do modo de produção e reprodução das condições de existência material que lhe corresponde. Esse processo expressa também os antagonismos de classe que são intrínsecos a cada momento histórico.

Com efeito, o complexo da educação se refere a capacidade de instruir e influenciar o comportamento dos indivíduos para que possam dar novas respostas socialmente esperadas a novas alternativas de vida socialmente produzidas. No entanto, nem sempre essas respostas são efetivamente novas, pois o conjunto de valores e ideias contidos nas exigências da reprodução social podem se intensificar de tal maneira a influenciar os indivíduos a conservarem o atual estado de coisas.

Nesse sentido, a concepção de educação em Lukács concorre para dois significados decisivos: primeiro, que a educação numa acepção ampla, nunca está inteiramente concluída, ela sempre prefigura um processo contínuo, o que constitui uma necessidade histórica socialmente determinada. Assim, podemos entender que a educação em sentido amplo diz respeito a todas as formas de produção de conhecimentos, saberes, práticas, valores, costumes, técnicas, experiências que os indivíduos adquirem em sua existência real, imprescindíveis ao seu processo de reprodução social como um todo. E, numa segunda concepção, a educação em um sentido estrito é aquela que ocorre em instituições específicas como escolas, universidades etc., e que prepara os indivíduos para corresponderem às exigências colocadas pela sociabilidade vigente.

As fronteiras entre educação em sentido estrito e educação em sentido mais amplo não podem ser concebidas de forma metafísica, pois cada sociedade traça seu desenvolvimento conforme as contradições entre as classes sociais no seu interior. A influência do processo educacional sobre a constituição dos indivíduos em seus aspectos gerais é sumamente decisiva. Se hoje, por exemplo, “não há mais crianças pequenas trabalhando nas fábricas, como ocorria no início do século XIX, não é por razões biológicas, mas em virtude do desenvolvimento da indústria e sobretudo da luta de classes” (LUKÁCS, 2013, p. 177), ou seja, a educação sofre uma forte influência dos processos sociais, políticos, econômicos e culturais da sociedade na qual ela é constituída, expressando, de certa forma, o atual estágio do desenvolvimento do conhecimento historicamente acumulado pelo conjunto dos homens em um dado momento histórico. Tais circunstâncias sociais assim modificadas constituem parte da base material que permite aos indivíduos realizarem escolhas ideológicas partindo de todo o arcabouço cognitivo acumulado durante suas vidas.

Desta forma, a educação que resulta da lógica do desenvolvimento da sociabilidade burguesa cumpre o papel de formar no ser social traços e características que garantam a manutenção de legalidades sociais deste tipo de sociedade. Essas legalidades são uma expressão da totalidade de relações que se consolidam a cada geração como acúmulo de experiências (SAVIANI, 2008), comportamentos e conhecimentos a serem assimilados como categorias sociais.

Essa autorreprodução do ser social, como vimos, produz constantemente momentos novos e contraditórios, no âmbito dos quais a educação se expressa como um pôr teleológico secundário. Conforme os conflitos de interesses de classes antagônicas se intensifica, as características do conjunto desta reprodução social se desdobram em novas conexões, relações e interações que fazem surgir igualmente novos momentos dinâmicos e contraditórios em seu desenvolvimento. Esses momentos inauguram novas possibilidades e que exigem tomada de decisões para a modificação ou a conservação das circunstâncias que foram postas pelo conflito de interesses.

O processo de socialização criado pelas relações de produção capitalista engendra novas determinações que se impõem aos homens como resultado de um desenvolvimento econômico nunca visto antes. A generalização da produção de mercadorias, a complexificação tecnológica e a universalização das trocas comerciais representam o nível mais elevado de superação sucessiva das barreiras naturais. O caráter total do capital é uma das características mais fundamentais do modo



de produção capitalista e não se encontra paralelo nos modos de produção anteriores. Seguramente, essa universalização do capitalismo expressa exatamente a especificidade ontológica da sociedade como uma totalidade concretamente articulada, o que faz com que o modo de produzir a existência esteja organizado estruturalmente de modo interdependente, isto é, todos os países do planeta estão, em maior ou menor medida, conectados e dependentes um dos outros na complexa estrutura produtiva do capital.

Se no âmbito da produção material o capital se encontra concretamente articulado, no âmbito ideológico também, considerando que é necessário ao capital construir e difundir um conjunto de valores ideológicos necessários para a sua manutenção, garantindo o melhor funcionamento dos mecanismos de dominação que compõem sua estrutura metabólica causal, e é neste preciso sentido que encontramos a educação em sentido amplo.

Neste sentido, a educação pode atuar no intuito de conservar o atual estado de coisas, e cumpre essa função de duas formas, a saber, a primeira forma pela defesa direta dos valores, ideias e pressupostos morais que configuram o modo de vida burguês e que auxiliam a manutenção das relações sociais capitalistas, e a segunda forma pela negação do estágio de desenvolvimento das forças produtivas que, de algum modo, estabeleça um conflito entre as ideias necessárias para a conservação dos valores burgueses e o seu rompimento imediato. A segunda forma que aqui tratamos, adquirindo uma forma ideológica negacionista, se intensifica em períodos de decadência ideológica, pois é a forma que mais se ajusta ao modo decadente da vida burguesa, a negação do conhecimento, das evidências científicas, a negação do avanço das forças produtivas.

Lukács (2013, p. 295), numa reflexão sobre a educação do homem e a totalidade social, afirma que

a educação do homem é direcionada para fornecer nele uma prontidão para decisões alternativas de determinado feito; ao dizer isso, não temos em mente a educação no sentido mais estrito, conscientemente ativo, mas como a totalidade de todas as influências exercidas sobre o novo homem em processo de formação.

Aqui o filósofo marxista húngaro concebe a educação como um processo geral de formação dos valores, atitudes, personalidade, comportamentos, ideias e práticas que os indivíduos desenvolvem. Mas a educação nesse sentido também pode levar a resultados negativos, no plano da formação do comportamento e da personalidade, pois a influência da sociedade como uma

totalidade constitui um fator de grande impacto na práxis social e nas escolhas alternativas dos indivíduos.

Sobre isso afirma Lukács (2013, p. 295) que

o maior erro na avaliação de tais processos consiste no hábito de considerar somente os impactos positivos como resultados da educação; porém, quando um filho do aristocrata se converte em revolucionário, o descendente de oficiais se torna um antimilitarista, quando a educação para a 'virtude' produz uma queda para a prostituição etc., estes são, no sentido ontológico, resultados da educação, tanto quanto aqueles em que o educador atingiu as suas finalidades.

A educação em sentido geral concorre, portanto, para formar nos indivíduos valores, comportamentos, ideais, atitudes que afirmam sua maneira de estar no mundo. Os processos educativos que são desenvolvidos no interior de cada sociedade ao longo do tempo vão se acumulando como experiências culturais que prefiguram para cada geração posterior o conjunto de conhecimentos historicamente acumulados. A educação surge, assim, como um processo de reprodução social fundamental para garantir a continuidade de uma dada sociabilidade, difundindo as ideias da classe dominante como as ideias fundamentalmente dominantes. Essas ideias configuram o modo de vida dos indivíduos no sentido de perpetuar suas condições econômicas e manter as relações de produção do atual estado de coisas.

Ocorre que, em períodos de decadência ideológica, a reprodução social e a manutenção do atual estado de coisas exigem que a classe dominante cumpra um papel de negação ou ocultação de aspectos específicos que outrora eram considerados progressistas para ela (LARA, 2013). Em períodos de crise intensa do atual modo de produção a acumulação de capital é a única lei que inexoravelmente se sobressai em relação aos demais pilares que sustentam o capitalismo. É precisamente a exigência de manter essa acumulação em todas as esferas da produção material que cria a base ideológica para que a burguesia reúna um conjunto específico de ideias para justificar, por exemplo, a extração cada vez intensa de recursos naturais para a produção de mercadorias, não obstante os limites físicos da própria vida humana.

Concordamos com Lima (2020, p. 364) quando comenta sobre a estratégia ideológica de fragmentação e negação do real, e assevera que

primeiramente pega-se um fato e/ou acontecimento, isola-o do todo, recorta-o em fragmentos, descontextualiza-o da história objetiva, que por sua vez, é transformada em uma opinião subjetivista para posteriormente ser apresentada de forma generalizada, como se tudo fosse igual. Isto é uma constante em nosso cotidiano, vai desde manipulações estatísticas da macroeconomia para “reformas” econômicas, e perpassa as manipulações dos discursos, onde é retirado somente um fragmento do mesmo e são aferidas interpretações subjetivistas. Igualmente ocorre na edição de vídeos, cujos fatos são descontextualizados e desistoricizados para se criar a narrativa desejada.

A estratégia ideológica aqui mencionada se expressa também no negacionismo científico, que se difunde no cotidiano dos indivíduos com objetivo de criar um invólucro místico diante da realidade, impedindo que se perceba as nefastas consequências do avanço e intensificação do capitalismo na vida humana. A este respeito, Lima (2020, p. 366) afirma que “as análises e representações-gnosiológicas, negadoras de uma apreensão ontológica da realidade, tendem a uma leitura parcial da realidade”.

Ainda, a negação da ciência em favor da lei geral de acumulação do capital tem impacto direto no metabolismo orgânico da humanidade com a natureza, na medida em que, ao negar ou ocultar as consequências sociais da extração de recursos naturais, o risco ambiental para comunidades vizinhas e os fatores de impacto no ecossistema ali presente, a burguesia coloca em risco a existência do próprio planeta, pois ela mesma coloca em movimento um mecanismo sociometabólico incontrolável: a produção destrutiva do capital.

É precisamente a conjuntura em que a categoria da produção destrutiva se encontra que nos propomos a analisar no item seguinte deste artigo, demonstrando seu desdobramento diante da crise estrutural do capital. Buscamos ainda explicar como o surgimento da sociedade dividida em classes sociais representa a efetiva contradição entre burguesia e proletariado e que este conflito produz antagonismos nos mais diversos aspectos, tendo como núcleo central as disputas na base econômica em torno dos processos e das relações de produção e os conflitos engendrados no nível das superestruturas, ideologias, política, moral, educação.

## A crise estrutural do capital e seus limites absolutos

É notória a decadência de uma sociedade organizada a partir de um modo de produção da existência pautado na exploração do homem pelo homem e no processo de acumulação de capital. É curioso notar que este mesmo modo de produzir a existência já alcançou a possibilidade de criar a quantidade de riquezas suficiente para a satisfação das necessidades de absolutamente todos os indivíduos existentes no planeta. Mais curioso ainda é que essa mesma sociedade, que produz mais do que necessita, demonstra cada vez mais uma forte tendência a agravar os sofrimentos para uma grande maioria da população, tornando inacessível para a grande maioria o acesso à riqueza social. Esta capacidade quase infinita de criação de riqueza alcança sua finitude precisamente na questão do metabolismo entre o homem e a natureza, questão que evidencia um alerta do risco de toda a humanidade deixar de existir no planeta.

O capitalismo tem mostrado um lado nefasto de sua existência, sendo o primeiro modo de produção que anuncia que o seu fim poderá significar ser também o fim da própria humanidade, pois não há possibilidade de pensar qualquer forma saudável de reprodução metabólica entre o capitalismo e a maneira como ele próprio se relaciona com os recursos de que necessita para colocar em movimento sua estrutura causal (JACOB, 2020).

Assim sendo, a humanidade passa hoje por uma crise histórica sem precedentes (MÉSZÁROS, 2000; FOSTER, 2000). Essa crise, segundo Mézáros (2000), decorre de um caráter estrutural do próprio capitalismo, uma crise imanente, que se alimenta a partir de uma lógica de produção destrutiva e que revela, em sua expansão, suas respectivas contradições e aspectos sociometabólicos que nos conduzem ao aprofundamento da desigualdade e do esgotamento dos recursos do planeta.

A estrutura causal dessa crise ativa seus limites absolutos, forçando o sistema a penetrar na vida cotidiana de cada indivíduo economicamente ativo ou não (JACOB, 2020). Esses limites absolutos tornam o modo de produção capitalista cada vez mais dinâmico (PIRES e SILVA, 2017), um sistema que afirma seu domínio sobre os seres humanos de forma ideológica, política e econômica e passa a afetar todo o conjunto das relações humanas, pois aquelas justificativas históricas da sua fundação já não são mais necessárias na vida cotidiana dos indivíduos

(MÉSZÁROS, 2002), isto é, apenas pela repressão, mentira e coerção o capitalismo pode se justificar como necessário ao mundo humano.

Para os breves propósitos do presente artigo, nos deteremos em maiores detalhes sobre a segunda contradição, a saber, a devastação e destruição do meio ambiente, demonstrando os aspectos ideológicos que circundam a narrativa de flexibilização das legislações ambientais dos países periféricos do capital, como é o caso do Brasil. Nesse sentido, lançaremos mão da argumentação de Mészáros (2002), que afirma que o sistema sociometabólico do capital possui um caráter incontrolável, destrutivo e auto expansivo, características iminentes ao seu modo de existir.

Desta forma, a crise estrutural tem, na perspectiva do filósofo húngaro, uma tendência de produção destrutiva que se intensifica também com a taxa de utilização decrescente do valor de uso das mercadorias. Mészáros (2000, p. 7, itálicos do autor) argumenta que a severidade dessa crise “pode ser medida pelo fato de que não estamos frente a uma crise cíclica do capitalismo mais ou menos extensa, como as vividas no passado, mas a uma crise estrutural, profunda, do próprio *sistema do capital*”.

A severidade dessa crise<sup>8</sup>, segundo Mészáros (2000), afirma também a necessidade de novas formas de enfrentá-la, pois a dinâmica global da dependência econômica dos países da periferia do capital torna praticamente ineficazes a repetição das ajudas externas feitas nas crises do século passado no intuito de estabelecer a normalidade do capital frente aos nefastos corolários das crises cíclicas de outrora. Ao contrário, a crise estrutural do capital hoje em curso impõe um caráter de insuficiência crônica de ajuda externa em seu presente estágio de desenvolvimento, impedindo que a recuperação econômica de curto e médio prazo ocorram, adiantando problemas futuros que agudizam ainda mais a dependência econômica de países que não possuem protagonismo industrial ou tecnológico e que precisam de uma certa estabilidade na complexa conjuntura de interdependência produtiva do capital.

Ainda, a crise que hoje presenciamos não possui alternativa nela mesma, pois sua estrutura causal não pode solucionar os problemas que são criados por sua própria existência, o que nos leva

---

<sup>8</sup> Podemos elencar quatro características iminentes da crise do capital após a década de 1970, a primeira é que ela possui um caráter universal, não se resume ao reduto particular, individual, a segunda é que seu âmbito é eminentemente global e não circunscrito em apenas alguns países, a terceira é que sua escala temporal é extensa, prolongada e também contínua, ou seja, não mais cíclica e com períodos de ascensão, e a quarta reside no seu caráter rastejante, isto é, sua evolução é lenta ao mesmo tempo em que enseja períodos de convulsão social mais frequentes.

para uma solução única que é a sua superação. Mészáros (2002) argumenta que o sistema do capital se ergue sobre um conjunto de antagonismos estruturais explosivos, elementos que criam bases ideológicas para a afirmação de duas coisas que se retroalimentam conforme a expansão do capital ocorre, a saber, sua condição insuperável, ou seja, que não há um sistema melhor que o capitalismo e que o atual modo de produção é o mais compatível com a natureza humana, e o segundo elemento é precisamente a afirmação ideológica de sua ordem dominante, de seus valores.

Dessa forma, a sustentação de um sistema pautado nos elementos acima descritos exige a manutenção de uma lógica de produção que seja produtiva-destrutiva, no intuito de criar as bases materiais necessárias para que as estruturas que garantem seu funcionamento se renovem a cada momento de desordem. No entanto, o caráter incontrolável de sua estrutura causal torna o capital estruturalmente incapaz de controlar e planejar sua irracionalidade destrutiva.

Essa irracionalidade da produção de caráter destrutivo tem origem na evolução das condições de produção que, em última instância, modifica a lógica do padrão de consumo, os meios buscados pelos produtores dos bens de consumo e a interdependência de países em economias periféricas, que, pela falta de protagonismo industrial e tecnológico, precisam de um esforço maior para ajustarem gradativamente o modo de vida de seu povo aos ditames do grande capital. Como desdobramento do caráter incontrolável da crise hoje vivida, o sistema do capital exhibe uma tendência já percebida nos períodos de decadência dos modos de produção anteriores, a saber, o esgotamento do caráter civilizatório posto pela agudização das contradições criadas pela estrutura causal dos problemas de uma crise dessa magnitude.

Feitas as brevíssimas considerações acima sobre a crise estrutural do capital e a ativação de seus limites absolutos, seguimos então para a exposição de nossos argumentos acerca do problema da crise climática e seus desdobramentos na conjuntura brasileira. Como preâmbulo, faremos uma brevíssima contextualização histórica sobre um importante evento realizado há uma década, o Rio+20. Esse evento se assemelha a Cúpula do Clima ocorrida em 2011 e teve importantes desdobramentos para as lideranças mundiais no ano de sua realização, pois representou um marco na justificativa burguesa para pactuar a divisão estratégica da extração de recursos naturais que permitia a continuidade do processo de desenvolvimento do capitalismo e de intensificação de dependência econômica de países periféricos já em processos de desindustrialização, sob a difusão

ideológica de ideias como o desenvolvimento sustentável, economia solidária, economia verde e demais variantes.

### **Completamos uma década da RIO+20: como ficaram as propostas do desenvolvimento sustentável do documento *O futuro que queremos?***

Desde o surgimento do modo de produção capitalista temos aprendido e observado as tendências sociais da história e dos avanços do desenvolvimento das forças produtivas. Isso vale também para os avanços na produtividade que realizaram uma significativa mudança nos padrões de consumo na sociedade de classes. No entanto, a forma de sociabilidade capitalista tem um diferencial peculiar quando analisamos a enorme coleção de mercadorias, pois não há a necessidade de saber o que acontece com o produto do trabalho depois do ato de consumo, não há necessidade de pensar nas consequências dos atos singulares dos indivíduos.

Sobre isso, Engels (s/d, p. 280, grifos nosso) afirma que

a ciência social da burguesia, **a economia política clássica, só se ocupa preferentemente daquelas consequências sociais que constituem o objetivo imediato dos atos realizados pelos homens na produção e na troca.** Isso corresponde plenamente ao regime social cuja expressão teórica é essa ciência. **Porquanto os capitalistas isolados produzem ou trocam com o único fim de obter lucros imediatos, só podem ser levados em conta, primeiramente, os resultados mais próximos e mais imediatos.** Quando um industrial ou um comerciante vende a mercadoria produzida ou comprada por ele e obtém o lucro habitual, dá-se por satisfeito e não lhe interessa de maneira alguma o que possa ocorrer depois com essa mercadoria e seu comprador. O mesmo se verifica com as consequências naturais dessas mesmas ações. Quando, em Cuba, os plantadores espanhóis queimavam os bosques nas encostas das montanhas para obter com a cinza um adubo que só lhes permitia fertilizar uma geração de cafeeiros de alto rendimento pouco lhes importava que as chuvas torrenciais dos trópicos varressem a camada vegetal do solo, privada da proteção das árvores, e não deixassem depois de si senão rochas desnudas! Com o atual modo de produção, e no que se refere tanto às consequências naturais como às consequências sociais dos atos realizados pelos homens, o que interessa prioritariamente são apenas os primeiros resultados, os mais palpáveis.

As ações de produzir bens de consumo em intensidades maiores que a capacidade de consumir somadas às ações de descartabilidade prematura de tais bens desencadeiam, tal como exposto também em nossas considerações anteriores, a ativação dos limites absolutos do capital que, em sua essência, põem em risco a existência e a continuidade da espécie humana por meio de

sua lógica de reprodução produtivo-destrutiva que também tem por essência a expansão contínua, mesmo que para isso tenha que destruir suas próprias produções anteriores.

Conforme Mézáros (2002, p. 640), é incorreto afirmar que

a sociedade dos descartáveis encontre equilíbrio entre produção e consumo, necessário para a sua contínua reprodução, somente se ela puder ‘consumir’ artificialmente e em grande velocidade (isto é, descartar prematuramente) imensas quantidades de mercadorias que anteriormente pertenciam à categoria de bens relativamente duráveis. Desse modo, a sociedade se mantém como um sistema produtivo manipulando até mesmo a aquisição dos chamados ‘bens de consumo duráveis’ que necessariamente são lançados ao lixo (ou enviados a gigantescos ferros-velhos, como os ‘cemitérios de automóveis’ etc.) muito antes de esgotada a sua vida útil.

É notório que a taxa de utilização decrescente de mercadorias inviabiliza o controle da produção de bens de consumo. Isso, por si só, já inviabilizaria qualquer proposta de sustentabilidade que se refira ao controle da relação metabólica entre o homem e a natureza e que, porventura, venha a ser posta em documentos futuros de conferências e encontros pautados na economia verde e suas variantes temáticas. Ainda, a capacidade de produção hoje é muitas vezes maior do que a capacidade de consumo e esse aspecto da crise estrutural limita a realização do valor, trazendo consigo novos problemas que agudizam e intensificam a força com que a crise estrutural é sentida em países da periferia do capitalismo, criando as condições para que se descarte cada vez mais rápido uma mercadoria, seja por uma atualização dela mesma ou por uma nova necessidade supérflua.

Feitas as considerações acerca da descartabilidade dos bens produzidos sob o domínio do capital e algumas das consequências promovidas pela ativação dos limites absolutos da crise estrutural do capital, situemo-nos no objeto desta seção, a saber, a inviabilidade das propostas finais do documento *El futuro que queremos* (NACIONES UNIDAS, 2012) produzido no final da realização da Conferência Rio +20, ocorrida no Brasil, na capital do Estado do Rio de Janeiro nos dias 20, 21 e 22 de junho do ano de 2012.

Nos debruçaremos apenas no tópico I do documento, buscando afirmar nossa tese de insustentabilidade do desenvolvimento sustentável proposto pela Rio +20. Ainda, embora tenha sido realizada no Brasil, o documento da conferência não foi publicado em português brasileiro, desta forma, optamos pela escolha do idioma espanhol para facilitar a leitura e acelerar a análise do seu conteúdo sem a necessidade de risco de erros de interpretação de tradução.



Logo de início, o documento apresenta, no tópico I, intitulado *Nuestra visión común*, itens 1 e 2, os seguintes comentários (NACIONES UNIDAS, 2012, p. 1 grifos nosso):

1. Nosotros, los Jefes de Estado y de Gobierno y los representantes de alto nivel, habiéndonos reunido en Río de Janeiro (Brasil) entre el 20 y el 22 de junio de 2012, con la plena participación de la sociedad civil, **renovamos nuestro compromiso en pro del desarrollo sostenible y de la promoción de un futuro económico, social y ambientalmente sostenible para nuestro planeta y para las generaciones presentes y futuras.**

2. **La erradicación de la pobreza es el mayor problema que afronta el mundo en la actualidad y una condición indispensable del desarrollo sostenible.** A este respecto estamos empeñados en liberar con urgencia a la humanidad de la pobreza y el hambre.

Antes de iniciarmos, alertamos que, há cerca de trinta anos, desde a Eco 92/Rio 92<sup>9</sup> realizada entre os dias 3 e 14 de junho de 1992 na cidade do Rio de Janeiro no Brasil, os países capitalistas centrais que controlam as políticas neoliberais vêm descumprindo as propostas basilares da conferência, principalmente os Estados Unidos da América que sempre foram desfavoráveis às metas de emissão de gás dióxido de carbono na atmosfera terrestre, dentre outros desacordos e posteriores efeitos danosos de tantas outras causas.

Não podemos deixar de problematizar e questionar, em caráter radical, a passagem do documento que afirma: “**renovamos nuestro compromiso en pro del desarrollo sostenible y de la promoción de un futuro económico, social y ambientalmente sostenible para nuestro planeta y para las generaciones presentes y futuras**” (NACIONES UNIDAS, 2012, p. 1, grifo nosso).

Ora, de posse das informações outrora elencadas entendemos que, hoje, no exato momento em que escrevemos esse pequeno e pouco exaustivo texto, vivemos sob a dominação do modo de produção capitalista que, por sua vez, tem como fundamento de sua estrutura causal a exploração do

<sup>9</sup> Na Conferência das Nações Unidas, a Rio 92, ocorrida há vinte anos, o apelo da menina Severn Suzuki aos chefes de Estado, para que assumissem compromissos ambientais, comoveu o mundo. Agora na Rio +20, a adolescente neozelandesa Brittany Trilford repetiu o apelo de forma mais contundente: "Vocês estão aqui para salvar suas imagens ou para nos salvar?". E mais: "Cumpram o que prometeram". Uma forte crítica e ao mesmo tempo uma decepção. Diante dos rostos frios e impassíveis das delegações diplomáticas dos governos e dos chefes de Estado presentes, a jovem neozelandesa anunciou perante o mundo que daquela conferência não ia sair nada de positivo. E foi o que aconteceu. No meio de vaias generalizadas a conferência da ONU aprovou uma resolução genérica, sem metas, sem objetivos, repetindo as mesmas declarações de boas intenções da Rio 92. Não houve sequer acordo com a chamada “economia sustentável” e tampouco sobre a “economia verde” e o “mercado verde”, nos objetivos iniciais da Rio +20. (MAIA, 2012, grifo nosso)

homem pelo homem, a mais-valia, as formas já desenvolvidas de trabalho assalariado, o Estado como mecanismo que mantém a repressão a favor da burguesia, a crise estrutural do capital e seus respectivos limites absolutos que carregam em seu âmago a taxa de utilização decrescente de mercadorias e, por conseguinte, a descartabilidade prematura dos bens de consumo forçando a produção de mercadorias a atingir patamares que colocam a exploração dos recursos finitos deste planeta em um nível catastrófico, pondo, desta forma, a existência da espécie humana em risco de extinção por ela própria.

Dito isto, surge uma dúvida, como pode um sistema pautado nas premissas acima referidas fornecer subsídios para uma possível sustentabilidade, haja vista o caráter incontrolável da crise estrutural do capital aqui exposta e da ativação dos limites absolutos de seu caráter produtivo-destrutivo que põe a obsolescência programada de mercadorias e sua descartabilidade irracional como axioma maior do metabolismo socioeconômico?

A resposta é simples, não há possibilidade de compatibilizar nenhuma forma de harmonia do metabolismo entre homem e natureza e a essência do modo de produção capitalista (SAITO, 2020), isso porque é da sua essência produzir destruindo e destruir produzindo. Toda e qualquer resposta afirmativa para esta pergunta, como por exemplo é possível existir sustentabilidade em meio a crise estrutural do capital, não passa de uma tentativa de humanização do capitalismo, como se a consciência determinasse a existência, como se os gestos caridosos, benevolentes e singelos de ajuda ao próximo tornassem o mundo capitalista *ipso facto* mais caridoso, benevolente, justo, igualitário e sem desigualdade social!

Adiante, a seguinte passagem, tópico I e subtópico 4 (NACIONES UNIDAS, 2012, p. 1, grifos nosso), nos afirma:

**4. Reconocemos que la erradicación de la pobreza**, la modificación de las modalidades insostenibles y la promoción de modalidades sostenibles de producción y consumo, y la protección y ordenación de la base de recursos naturales del desarrollo económico y social **son objetivos generales y requisitos indispensables del desarrollo sostenible**. Reafirmamos también que **es necesario lograr el desarrollo sostenible promoviendo un crecimiento sostenido, inclusivo y equitativo, creando mayores oportunidades para todos, reduciendo las desigualdades, mejorando los niveles de vida básicos, fomentando el desarrollo social equitativo y la inclusión, y promoviendo una ordenación integrada y sostenible de los recursos naturales** y los ecosistemas que preste apoyo, entre otras cosas, al desarrollo económico, social y humano, y facilite al mismo tiempo la conservación, la regeneración, el restablecimiento y la resiliencia de los ecosistemas frente a los problemas nuevos y emergentes.

O trecho que afirma “reconocemos que **la erradicación de la pobreza**, [...], y la promoción de modalidades sostenibles de producción y consumo, [...] **son objetivos generales y requisitos indispensables** del desarrollo sostenible” (NACIONES UNIDAS, 2012, p. 2, grifos nosso), não passa de um mero jogo de palavras e não se sustenta. Primeiro pelo fato de que, sob o modo de produção capitalista, a condição para a existência de sua lógica de reprodução é justamente a concentração de muito nas mãos de poucos, isto é, a essência do capitalismo está pautada na acumulação de capital que conseqüentemente é o causador da desigualdade social e da pobreza extrema, cujo fundamento é a exploração do homem pelo homem e a apropriação do excedente de produção.

Portanto, não nos é permitido, sob hipótese alguma, afirmar que o documento por nós estudado neste artigo proponha algo como a erradicação da pobreza simplesmente porque o modo de produção defendido pelos líderes que participavam da Conferência denominada de Rio +20 é uma forma e sociabilidade pautada em políticas neoliberais e que tem como corolário a acumulação de capital, a produção de desigualdade social e pobreza, a degradação da vida humana e redução desta a uma mera sobrevivência.

Já no ano em que a conferência ocorria, o ecossocialista Michel Löwy (2012) em entrevista para a edição 180 da Revista Caros amigos apontava que os desastres ecológicos tinham como primeiras vítimas as camadas sociais mais exploradas, as comunidades indígenas e camponeses que veem suas terras e rios poluídos pelo nefasto agronegócio da soja, palma e gado. Ele ainda pontua que um renomado economista americano, Lawrence Summers, explica que é lógico de uma perspectiva da economia mais racional que se envie os dejetos tóxicos da produção dos países mais desenvolvidos para a periferia do capital, pois lá a vida humana tem um preço bem inferior. De um lado, o capitalismo não pode existir sem expandir a si próprio, de outro, essa expansão tem em sua lógica interna o custo de vidas humanas.

Curiosamente, é disso que tratam os itens 6, 8 e 10 do tópico I, (NACIONES UNIDAS, 2012, p. 2, grifo nosso), que nos afirmam:

6. Reconocemos que las personas constituyen el centro del desarrollo sostenible y a este respecto, **nos esforzamos por lograr un mundo que sea justo, equitativo e inclusivo, y nos comprometemos a trabajar de consuno para promover el crecimiento económico**

**sostenido e inclusivo, el desarrollo social y la protección del medio ambiente**, lo que redundará en beneficio de todos.

8. Reafirmamos también la importancia de la libertad, la paz y la seguridad, **el respeto de todos los derechos humanos, entre ellos el derecho al desarrollo y el derecho a un nivel de vida adecuado, incluido el derecho a la alimentación, el estado de derecho, la igualdad entre los géneros, el empoderamiento de las mujeres y el compromiso general de lograr sociedades justas y democráticas** para el desarrollo.

10. **Reconocemos que la democracia, la buena gobernanza y el estado de derecho, en los planos nacional e internacional, así como un entorno propicio, son esenciales para el desarrollo sostenible, incluido el crecimiento económico sostenido e inclusivo, el desarrollo social, la protección del medio ambiente y la erradicación de la pobreza y el hambre.** Reafirmamos que para lograr nuestros objetivos de desarrollo sostenible necesitamos instituciones en todos los niveles que sean eficaces, transparentes, responsables y democráticas.

No tocante à passagem “nos esforzamos por lograr un mundo que sea **justo, equitativo e inclusivo**, y nos comprometemos a trabajar de consuno para **promover el crecimiento económico sostenido e inclusivo**, el desarrollo social y la protección del medio ambiente” (NACIONES UNIDAS, 2012, p. 2), não conseguiremos jamais entender sob qual estágio do capitalismo será alcançado o ideal de mundo que seja justo, equitativo e inclusivo. Sabemos que sob o atual modo de produção isso jamais será possível, pois é um sistema que requer a desigualdade social para existir.

Sob a regência da lógica do capital, a tese de construir um mundo justo, equitativo e inclusivo é insustentável; seria como jogar água em peneira, ou seja, uma impossibilidade ontológica. É da essência do capitalismo explorar o trabalho, tudo que se oponha a ele é destruído pela própria lógica do sistema, tudo que assegure a contínua lucratividade é viável para o sistema (MÉSZÁROS, 2002).

Ainda sobre a Rio+20, Maia (2012, grifos nosso), assevera que

Na Rio+20 e na Cúpula dos Povos, assim como em todos os eventos paralelos, virou “consenso” apoiar o chamado “desenvolvimento sustentável”. A expressão foi usada pela primeira vez em 1987 em um relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas. Desde então **a ONU vem usando este conceito para combinar desenvolvimento econômico com o meio ambiente**: “O desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, **significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e econômico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais**”.

De acordo com Maia (2012, grifos nosso), sobre o desenvolvimento sustentável

O “desenvolvimento sustentável”, apesar das belas palavras de proteção ao meio ambiente, é uma reação da burguesia à necessidade da humanidade de abolir a ordem existente, é uma reação à necessidade de uma sociedade mundial igualitária entre povos e nações. É uma posição reacionária em toda a linha. **Não são os trabalhadores dos Estados Unidos ou da Europa que consomem demais e estão esgotando os recursos naturais, mas sim o próprio regime capitalista**, que com sua voracidade em acumular ao infinito, a buscar o lucro máximo, devora terras, florestas, envenena os rios e agora quer se apropriar da última fronteira intacta do planeta, o fundo dos oceanos.

A lógica de reprodução social do sistema capitalista tem em sua essência a taxa de utilização decrescente de mercadorias, elemento predominante na estrutura do metabolismo socioeconômico que eleva, a níveis irracionais, o desperdício e a descartabilidade prematura dos bens de consumo (MÉSZÁROS, 2002), tornando a necessidade de produção de mercadorias cada vez mais imediatista e mais intensa, o que significa a intensificação também da incidência da ação humana no metabolismo orgânico com a natureza, produzindo mercadoria ao custo de destruir vidas e a natureza.

Conforme Mézáros (2002, p. 668),

tanto a contribuição do trabalho para a redução produtiva do tempo de trabalho necessário como o imperativo objetivo do capital, de converter para seu uso ganhos do trabalho, trazem consigo a taxa de utilização decrescente em diversos planos; desde o modo de funcionamento do próprio trabalho vivo (assumindo com o passar do tempo a forma de desemprego crescente) até a superprodução/subutilização de mercadorias e o uso cada vez mais perdulário da maquinaria produtiva. A única saída concebível de tais contradições, do ponto de vista do trabalho – a saber, a adoção generalizada e a utilização criativa do tempo disponível como o princípio orientador da reprodução societária – é, naturalmente, um anátema para o capital, pois não pode ser adaptada à sua estrutura de valorização e de autorreprodução expansiva. Assim, o impulso para a multiplicação de riqueza reificada e pelo incremento concomitante em forças produtivas abstratas da sociedade não pode ser detido, quaisquer que sejam suas implicações para a taxa de utilização decrescente e para o desperdício associado na administração dos recursos materiais e humanos da sociedade.

A taxa de utilização decrescente das mercadorias, segundo Mézáros (2002), afeta três dimensões que são fundamentais para a complexa conjuntura da produção e do consumo, a saber, os bens e serviços que precisam ser cada vez mais reorganizados conforme a dinâmica do mercado se modifica, as instalações e maquinarias que precisam ser vendidas, reparadas ou alugadas conforme a mudança de mercado, e a própria mercadoria força de trabalho agora precisa se adequar ao momento mais flexível que vivemos na história do capitalismo, uma adequação aquilo que a burguesia costuma chamar de mundo moderno.

O ciclo de obsolescência afeta todo o conjunto de mercadorias e é acompanhado por necessidades supérfluas criadas pela forma fetichizada como a burguesia difunde sua visão de mundo, induzindo e em alguns casos até mesmo forçando os indivíduos a trocar as mercadorias adquiridas por versões delas mesmas que tem as mesmas funções, iniciando, desta forma, um novo ciclo de obsolescência e vida útil da mercadoria. Ainda, o grande problema da taxa de utilização decrescente de mercadorias e da obsolescência programada é que ocorre um brutal encurtamento do ciclo de vida útil dos produtos, pois nossa atual sociedade dos descartáveis promove o sucateamento do maquinário que ela mesma tornou obsoleto em um curto espaço de tempo, reflexo de “sua lógica destrutiva, reflexo da descartabilidade acelerada na produção e no consumo de mercadorias” (JACOB, 2020, p. 42).

Assim sendo, argumenta Mészáros (2002, p. 674) que

só quando o potencial das duas primeiras dimensões – tal como manifestas em relação a 1) bens e serviços; e 2) instalações e maquinário – para afastar as contradições inerentes à taxa de utilização decrescente não conseguir um efeito suficientemente abrangente, somente então será ativado o selvagem mecanismo de expulsão em quantidades maciças de trabalho vivo do processo de produção. Isto assume a forma de desemprego em massa, mesmo nos países mais avançados, independentemente de suas consequências para a posição de ‘massa consumidora’, e das necessárias implicações da decadência da posição do consumidor na ‘espiral descendente’ de desenvolvimento das economias envolvidas.

Destarte, diante das considerações acima por nós elencadas, entendemos ser impossível haver qualquer tipo, mesmo que seja mínimo, de desenvolvimento sustentável em meio a crise estrutural do capital, haja vista o seu caráter deveras, *in totum*, incontrolável, seus limites absolutos e sua taxa decrescente de utilização de mercadorias que tornam obsoletos, em um curto período de tempo, os bens de consumo produzindo, em contrapartida, o consumo irracional e a descartabilidade prematura de mercadorias.

### **A tragédia do negacionismo climático e científico no Brasil**

Se nos países da metrópole do capitalismo desenvolvido a crise estrutural impossibilita qualquer ação sustentável com o meio ambiente, quando analisamos os países dependentes da periferia do capital, como o Brasil, o desenvolvimento sustentável se torna uma impossibilidade

ainda maior. Para tornar a situação ainda mais problemática, vivenciamos hoje um fenômeno sem precedentes, de correntes ideológicas negacionistas não apenas sobre a questão climática, mas sobre todo o conjunto do acúmulo científico que se tem notícia na história. Em um artigo sobre a análise do impacto da difusão de crenças pseudocientíficas na sociedade, Taschner et al (2021) demonstram alguns dos fatores para se compreender a nefasta consequência de se conduzir políticas públicas a partir de crenças sem nenhuma evidência científica. Demonstram, ainda, que esta é uma questão mundial, não é restrita apenas ao Brasil, não sendo, também, uma questão restrita a uma área específica da ciência.

O estudo outrora citado trata de questões relativas ao campo das políticas públicas na saúde, no entanto, esta é uma questão mais ampla e que acaba se difundindo ideologicamente e se manifestando também na questão do clima, adquirindo um forte viés ideológico cujo objetivo é turvar a compreensão de qualquer possibilidade de se identificar uma crise climática. Isso significa eliminar qualquer perspectiva que encontrar alguma conexão entre o desenvolvimento do capitalismo e a destruição da natureza, “quando analisarmos profundamente estas diferentes formas de consciência, percebemos que a essência destas manifestações filosóficas em última instância tende a ocultar a razão dialética” (LIMA, 2020, p. 368), difundido ideologicamente conclusões pseudocientíficas. Essa forma de mistificar a real estrutura causal da produção destrutiva do capitalismo tem se difundido para os países periféricos como o Brasil.

Na medida em que se difunde uma ideologia que oculta o irracional uso dos recursos naturais por grandes empresas, se pode manter a acumulação de capital a partir da justificativa de que, primeiro, não há crise climática e, segundo, que o desenvolvimento do capitalismo e a preservação do meio ambiente caminham na mesma direção. Ledo engano, pois “as funções sociais destas formas de consciência, na práxis, contribuem para procedimentos de análise do real de forma fetichizada e para uma práxis irracionalista, imediatista, colaborando para a manutenção da sociabilidade do capital” (LIMA, 2020, p. 368).

A ideologia negacionista tem influenciado o comportamento de setores ligados ao agronegócio brasileiro, aliando-se ao movimento de desmonte do Estado e do enfraquecimento dos órgãos de defesa do meio ambiente<sup>10</sup>. No governo de Jair Bolsonaro, o ex-ministro do meio

---

<sup>10</sup> Na realidade brasileira temos a crescente negação da ditadura civil-militar e mesmo uma tentativa de reescrever a história por parte da extrema direita, e nas últimas eleições a negação da objetividade das coisas por *Fake News*, de

ambiente, Ricardo Salles, era considerado no exterior como uma ameaça global<sup>11</sup>, declarado defensor da exploração da Amazônia, da regularização de áreas griladas, da mineração, do garimpo ilegal e da invasão de terras indígenas<sup>12</sup>, intensificou sua militância negacionista e se aliou aos madeireiros ilegais, ora na ajuda jurídica para encobrir criminosos ora incitando o ódio de líderes de governos que são solícitos ao Brasil no que diz respeito ao problema da preservação ambiental na Amazônia.

As ações do ex-ministro tiveram impacto global e figuram nos noticiários do mundo inteiro, manchando a já fraquíssima imagem do Brasil quando se trata da preservação da Amazônia e de suas áreas de concentração de diversidade biológica. O desmatamento na Amazônia tem batido recordes diários e, segundo o Imazon<sup>13</sup>, o aumento chega a ser registrado em taxas 216% maiores do que em 2020. Com as áreas desmatadas perdemos em biodiversidade, aumentamos a emissão de gases do efeito estufa e certamente adquirimos visibilidade como um país que não tem o mínimo de controle em sua regulação ambiental.

Em 2020, tivemos o maior número de queimadas desde o início da primeira década deste século, o mundialmente conhecido incêndio no Pantanal Matogrossense com cerca de 22.119 focos, 120% superior ao período de 2019 e, segundo o Inpe<sup>14</sup>, esse foi o maior aumento de todos os biomas brasileiros. O incêndio no Pantanal atingiu cerca de 28% do território, ganhando repercussão mundial, ao lado da Amazônia com 103.134 incêndios registrados. São diversos os relatórios e pesquisas que mostram como a falta de orçamento, as ideias negacionistas e a flexibilização da legislação ambiental contribuíram para que tais eventos fossem maximizados em patamares assustadores. Para tornar a situação ainda mais problemática, são fartas as evidências de aliança

---

certa forma, contribuiu para a eleição do atual presidente, o “messias” salvador. Estes são os perigos de relativizar a história que, de certo modo, pode fornecer a base ideológica para a práxis reacionária da burguesia, sobretudo em conjunturas de crises. Além do mais, permite-se de forma mágica, dissociar autores e suas obras de suas práticas políticas e posições de classe, a exemplo dos adoradores de Nietzsche e Heidegger que negam a visão aristocrática e contrária ao comunismo do primeiro e a participação integral no nazi-fascismo do segundo, tudo isto a partir do corte epistêmico. (LIMA, 2020, p. 369)

<sup>11</sup> Ricardo Salles na mira da PF: manter ministro ameaça acordos do Brasil com o mundo, diz pesquisador de instituto alemão. Fonte: BBC. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57181525>. Acesso em: 29/mai/2021.

<sup>12</sup> Ricardo Salles deve ser retirado imediatamente do Ministério de Meio Ambiente. Fonte: GREENPEACE. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/ricardo-salles-deve-ser-retirado-imediatamente-do-ministerio-de-meio-ambiente>. Acesso em: 29/mai/2021.

<sup>13</sup> Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia.

<sup>14</sup> Ricardo Salles: 13 fatos que fazem do ministro ameaça ao meio ambiente do planeta. Fonte: BRASIL DE FATO. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/04/21/ricardo-salles-13-fatos-que-fazem-do-ministro-ameaca-ao-meio-ambiente-do-planeta>. Acesso em: 28/mai/2021.



com madeireiros ilegais e a intensa obstrução de investigação nas atividades destes madeireiros, assim como o aumento da burocracia para autuações, facilitando a anulação de multas, dificultando o trabalho de entidades que combatem crimes ambientais.

Além disso, a ideologia negacionista do governo brasileiro salta aos olhos quando se trata das questões do clima, tanto isso é verdade que o ex-ministro apresentou a meta climática ao Acordo de Paris desconsiderando os ajustes que deveriam ter sido feitos no cálculo desde 2015, defendendo uma meta 25% menor do que deveria ter sido apresentada. Sem formação alguma para questões ecológicas, o ex-ministro defendeu que o aquecimento global é um mero debate acadêmico, fortalecendo a tese negacionista do clima, intensificando a difusão de notícias falsas e conspiracionistas no país. O aumento do desmatamento e das queimadas provocados pela ação de madeireiros e garimpeiros ilegais é uma consequência direta dessas ideias negacionistas que aliado ao problema da diminuição da fiscalização expressam o desmonte do Ibama e do ICMBio<sup>15</sup> que sofreram reestruturação no intuito de se ajustarem ao agronegócio.

Na cúpula dos líderes sobre o clima de 2021, o governo brasileiro se comprometeu a alcançar até 2050 a neutralidade na emissão de gases do efeito estufa e a erradicação do desmatamento ilegal até 2030. Ainda durante o encontro, ao lado do ex-ministro Ricardo Salles, o presidente do país se comprometeu com a preservação do meio ambiente, com a geração de energia limpa e com o desenvolvimento tecnológico da agricultura<sup>16</sup>. O grande problema que se interpõe no caminho das intenções do presidente é justamente sua posição negacionista no que diz respeito ao meio ambiente. Segundo o Ipam<sup>17</sup>, as ações do governo se chocam com o que se espera de qualquer país que pretenda controlar mudanças climáticas em seu solo. Faltam medidas contra grilagem nas florestas públicas, faltam ações de controle no campo, o aumento do desmatamento tem aumentado o índice de emissões de gases estufa e, o mais preocupante, o sistemático ataque aos povos e comunidades tradicionais que residem nestas regiões.

<sup>15</sup> Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

<sup>16</sup> Bolsonaro promete fim das emissões de gases de efeito estufa até 2050. Fonte: AGÊNCIA BRASIL. Disponível em: <https://agenciabrasil.etc.com.br/geral/noticia/2021-04/bolsonaro-promete-fim-das-emissoes-de-gases-de-efeito-estufa-ate-2050>. Acesso em: 02/jun/2021.

<sup>17</sup> Instituto de Pesquisa Ambiental. Discurso de Bolsonaro em Cúpula do Clima repercute entre entidades. Fonte: AGÊNCIA BRASIL. Disponível em: <https://agenciabrasil.etc.com.br/geral/noticia/2021-04/discurso-de-bolsonaro-em-cupula-do-clima-repercute-entre-entidades>. Acesso em: 3/jun/2021.

As ações do governo têm prejudicado, por exemplo, os artigos 5º e 6º do Acordo de Paris que versam sobre os recursos financeiros para que os países possam impulsionar ações climáticas em setores relevantes para a economia, como o manejo de resíduos e a geração de energia. É com esses recursos financeiros que o governo pretende contar para pagar as forças armadas que trabalham na região, por exemplo, além de barganhar emendas parlamentares no congresso com a já conhecida Bancada do Boi. No entanto, as ideias negacionistas sobre a crise climática defendidas pelo governo têm repercutido negativamente no cenário internacional. Líderes da Cúpula do Clima não têm sentido segurança com investimentos nem com a conjuntura política instaurada no Brasil com a chegada ao poder de um governo de extrema direita.

Nesse sentido, a consequência prática da difusão das ideias irracionalistas e negacionistas do governo tem impactado a relação do Brasil com os demais países do planeta, a exemplo de, em 2021, 61 entidades brasileiras terem enviado uma carta à OCDE<sup>18</sup>, relatando que as atuais políticas ambientais promovidas pelo governo são totalmente incompatíveis com o padrão esperado por qualquer país membro da OCDE. Entidades como a Apib<sup>19</sup>, a Comissão Pastoral da Terra, a Conectas Direitos Humanos, o Greenpeace Brasil e o Observatório do Clima fazem parte dos grupos que assinam a carta.

As entidades citam a desconstrução de diversos conselhos que permitiam a participação social no executivo, como no caso do Conama<sup>20</sup>, além de dificultar o acesso à informação adotando medidas restritivas de participação social nas políticas públicas. A política ambiental do governo é uma das mais nefastas das últimas décadas, como exemplo temos o projeto de lei nº 191/2020 que permite atividades de garimpeiros, instalação de hidrelétricas e outros tipos de exploração em terras indígenas, como o petróleo e o gás. Há também o projeto de lei nº 3.729/2004, na Câmara dos Deputados, e no Senado Federal, o de nº 168/2018, que pretende alterar o licenciamento ambiental<sup>21</sup> e também a avaliação dos fatores de impactos ambientais, o projeto de lei de nº 2.633/2020, e no Senado Federal, o de nº 510/2021, que pretendem legalizar as ocupações irregulares em grandes áreas de terras públicas para caráter especulativo, a grilagem.

<sup>18</sup> Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

<sup>19</sup> Articulação dos Povos Indígenas do Brasil.

<sup>20</sup> Conselho Nacional do Meio Ambiente.

<sup>21</sup> O texto-base do licenciamento Ambiental foi aprovado na Câmara dos Deputados numa votação de 300 a favor por 122 contra. Fonte: Senado Federal. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/758640-aprovado-texto-base-do-projeto-sobre-licenciamento-ambiental-votacao-continua-na-manha-desta-quinza> Acesso em 13/jun/2021

Todo o cenário outrora descrito ocorre em meio a uma crise sanitária sem precedentes na história brasileira, intensificada pela ausência de respostas de curto, médio e longo prazo do governo federal (PEIXOTO et al, 2019) e que tristemente nos custou, na data de escrita deste artigo, mais de meio milhão de mortes causadas pelo Covid-19. O menosprezo da pandemia, a negação da crise climática e a difusão de soluções pseudocientíficas são marcas registradas de um governo genocida que, somadas a grave crise democrática têm minado as possibilidades de consolidação dos espaços de participação da sociedade civil e de garantia de direitos. Tudo isso expressa também o fato de que este governo tem atuado de forma incisiva na promoção de um dos maiores ataques institucionais às medidas de proteção do meio ambiente, do clima, e dos povos indígenas, tradicionais e comunidades quilombolas.

Por fim, uma das prioridades da política externa do governo brasileiro está pautada no acesso à OCDE, fator que revela um forte aspecto da dependência econômica de um país periférico e desindustrializado, a saber, pautar sua agenda política para agradar os países da metrópole do capital, sacrificando vidas, se preciso for, sacrificando suas possibilidades de protagonismo industrial e tecnológico, sacrificando sua já fraca autonomia no cenário econômico global em função da participação numa organização de países cujas condições de financiamento, de acesso ao grande capital e de protagonismo tecnológico estão décadas a frente do Brasil. A dependência econômica no capitalismo não apenas promove a morte em países periféricos, mas a subserviência, a escravidão e o esgotamento de recursos naturais em função da lei máxima desse modo de produção, a acumulação de capital.

### **Considerações Finais**

Conforme o exposto até aqui, são inúmeras as tentativas de tentar conciliar o desenvolvimento do capitalismo e a preservação dos recursos naturais do planeta por meio de ideologias negacionistas. Um conjunto de ideias cujo intuito é não apenas negar o real, mas impor uma lógica de compreensão da materialidade concreta que se constitui como um constructo fictício da realidade. Isso ocorre por uma razão um tanto óbvia: a renovação do ciclo de consumo só pode ocorrer mediante a descartabilidade das mercadorias já produzidas e a produção e aquisição de

novas mercadorias. Essas novas mercadorias precisam necessariamente ser produzidas mediante o uso irracional dos recursos naturais do planeta, e é precisamente neste sentido que surge a necessidade de justificar a continuação do uso desenfreado dos recursos renováveis e não renováveis, para que seja possível a realização do atendimento das demandas produtivas do metabolismo social do capital.

Assim sendo, buscamos demonstrar que essa forma de produzir a existência sob o domínio do capital possui um caráter produtivo-destrutivo e obriga a burguesia a realizar duas tarefas, a primeira seria dar conta de criar um conjunto de ideias cujo intuito é justificar este uso irracional dos recursos naturais a partir da negação de quaisquer crises climáticas ou de quaisquer fatos que expressem ser a acumulação de capital um problema à preservação ambiental, e a segunda, difundir a sedutora ideologia a partir de processos educativos os mais amplos que permeiam as mais diversas esferas da sociedade, criando jargões e até mesmo categorias econômicas e políticas para sintetizar o conjunto de ideias e valores burgueses como justificativa do atual estado de coisas.

É neste preciso sentido que, se as ideias dominantes são as ideias da classe dominante, é essa classe dominante que tem a tarefa de organizar, entre os seus membros, conferências e encontros para tratar de tais questões, sintetizando a defesa ideológica da necessidade de acumulação de capital em acordos internacionais com países dependentes economicamente para que, dessa forma, se permaneça intacta a estrutura organizacional de exploração dos recursos naturais de países periféricos em função da manutenção da estrutura de protagonismo industrial dos países desenvolvidos, a partir da subordinação e subserviência dos países em processo de desindustrialização.

Nesse sentido, e por uma estratégia de escolha metodológica, analisamos o principal tópico de uma dessas conferências após quase uma década de sua realização, o que nos permitiu olhar para a história para sustentar com mais precisão nossos argumentos. Tentamos, pois, demonstrar que a total insustentabilidade das decisões finais acordadas na Conferência das Nações Unidas Para o Desenvolvimento Sustentável, a Rio +20, já era visível no ano de sua realização. Argumentamos também sobre a impossível compatibilidade da sustentabilidade em meio à crise estrutural do capital, pois a ativação dos limites absolutos da crise carrega consigo a taxa de utilização decrescente do uso de mercadorias, a obsolescência programada e a prematura descartabilidade dos

bens de consumo provocada pelo caráter obsoleto que as próprias inculcações ideológicas do capital tendem a produzir para sustentar a manutenção da lógica de autorreprodução do capital.

Ainda, que essa necessidade de autorreprodução do capital requer uma justificativa perante a opinião pública até mesmo em países cuja democracia burguesa atingiu grandes patamares de grande desenvolvimento, e é precisamente aqui que residem as tentativas da grande burguesia em inserir o seu conjunto de ideias falsas cujo intuito tem sido negar as evidências mais óbvias do impacto que a produção destrutiva do capitalismo tem causado no planeta.

Para citarmos um exemplo concreto, no caso de países periféricos e desindustrializados como o Brasil, temos a grande burguesia representada no intenso controle econômico do agronegócio, que há mais de uma década vem devorando as terras dos povos originários, expulsando camponeses e se infiltrando no congresso nacional para induzir o apoio de parlamentares a apoiarem projetos de lei ou propostas de emendas constitucionais cujo objetivo é a flexibilização da legislação ambiental no intuito de privilegiar criminosos e contrabandistas, num país que vem se tornando uma espécie de plataforma de exportação agro mineral para países da metrópole do capital<sup>22</sup>.

Para tanto, a burguesia brasileira necessita difundir um conjunto de ideias que negam as evidências científicas dos impactos ambientais e culturais da expansão do garimpo ilegal, da mineração, do desmatamento, das queimadas, do uso de agrotóxicos e da dolarização dos custos de produção da comida no país. Esse conjunto de ideias negacionistas são a expressão não apenas da crise do capital, mas da necessidade da burguesia manter-se no poder a partir da omissão das nefastas consequências de suas ações no planeta.

Dessa forma, conforme temos visto a crise do capital se aprofundando, vemos também a retirada de direitos sociais historicamente conquistados nas ruínas da democracia burguesa,

---

<sup>22</sup> Se tomarmos o exemplo da China, que se tornou uma espécie de fábrica do mundo, é possível encontrar um lugar onde não existem limites para o sonho do modo de vida burguês, para a acumulação de capital, o mercado de criptomoedas tem atingido níveis de consumo energéticos inimagináveis e estão intimamente ligados ao processo de intensificação da emissão de carbono (JIANG et al., 2021). No imenso país asiático é possível ver as consequências trágicas da exploração dos trabalhadores assalariados ao lado do problema da crise climática, como o caso do alto consumo de energia e emissão de carbono liderado pela tecnologia da *Blockchain* e o mercado de criptomoedas, pois, para se ter uma ideia, de acordo com Jiang et al (2021) a mineração de *Bitcoins* podem consumir tanta energia por ano quanto um país de porte médio tal como a Dinamarca ou Irlanda, e vem gerando níveis consideráveis de emissões de carbono nos anos recentes.

observamos a perda do já parco controle social e comunitário de comunidades e povos sob suas terras. As teses do desenvolvimento sustentável encontradas nos documentos de conferências internacionais representam um consenso entre as burguesias dos países que estão na metrópole do capital, a saber, que a única forma de manter e sustentar um modo de produção pautado na propriedade privada e na produção destrutiva é impedindo que os países de economia dependente alcancem o potencial econômico já alcançado por aqueles que hoje se industrializaram, com o argumento de que iriam esgotar os recursos já escassos do planeta. Esse ideário é sustentado pelo lema do desenvolvimento sustentável, que tenta compatibilizar a produtividade destrutiva do capitalismo com o adestramento de países economicamente dependentes, como o Brasil, promovendo a desindustrialização e a diminuição da capacidade de competição tecnológica no planeta.

Para tornar a situação ainda mais problemática, as teses negacionistas dos governos de extrema direita eleitos nos países da América Latina, como também no caso do Brasil, não apenas dificultam quaisquer ações na direção de um mínimo cuidado com as questões do clima, como também ajudam a intensificar o apoio ao conjunto de ações que têm por intuito flexibilizar as legislações ambientais para que o país se adeque ao conjunto de necessidades da burguesia internacional. A estratégia ideológica do negacionismo tem servido ao governo brasileiro para justificar a devastação ambiental e garantir a manutenção do Brasil como um país economicamente dependente de grandes países desenvolvidos, transformando o país em um quintal da grande burguesia internacional.

Concordamos com Lima (2020, p. 369) quando afirma que

os cortes e a negação da realidade concreta criam um poderoso instrumento ideológico de controle e reprodução social de massas favorecendo a práxis pautadas no conservadorismo que utiliza a pós-verdade para os interesses do capital. É preciso que tenhamos noção de que as ideias se materializam na práxis humana, seja para libertá-la ou dominá-la. O retorno e aprofundamento a categoria da ideologia (falsa ou verdadeira) é fundamental para não cometermos o equívoco de negar o seu papel como expressão da consciência que se transforma em força material capaz de influenciar na ação política concreta.

Diante do exposto, concluímos argumentando a necessidade de se realizar a leitura da realidade a partir de categorias que sejam capazes de expressar ontologicamente o real movimento das coisas, e que o marxismo se constitui como uma forte ferramenta contra as formas fetichizantes

de compreensão do real, contra as tentativas de negar a ciência, a razão dialética e o progresso da humanidade. Por fim, argumentamos que a forma metabólica do atual modo de produção é incompatível com a manutenção da vida no planeta. Nesse sentido, a única alternativa que se interpõe no horizonte deve ser a abolição desse nefasto modo de produção pautado na propriedade privada.

Diante da abundância e da produção de excedentes proporcionadas pelo desenvolvimento das forças produtivas hoje presentes, salta aos olhos o fato de que as condições estão maduras e postas para que se construa uma sociedade sem barbárie, sem guerras, sem devastação ambiental, uma sociedade de livres produtores associados capaz de abolir o mercado e distribuir de forma planejada os recursos necessários a criação do ócio e das necessidades humanas. A crise econômica é mais um alerta, um sintoma dessa necessidade histórica, e cabe ao proletariado organizado e consciente efetuar o rompimento deste insano modo de viver a vida chamado capitalismo.

## Referências

- ENGELS, F. Sobre o Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem. In: MARX, K. e ENGELS, F. **Obras Escolhidas - Volume II**. São Paulo: Alfa-Omega, s/d., p. 267-280.
- FOSTER, John Bellamy. **Marx's Ecology: Materialism and Nature**. Monthly Review Press, 2000.
- JACOB, Ivan Lucon. Breves notas sobre a ecologia como limite absoluto ao capital em Mészáros. **Revista Fim do Mundo**, nº 2, p.41-52, mai/ago, 2020.
- JIANG, Shangrong; LI, Yuze; LU, Quanying; GUAN, Dabo; XIONG, Yu; WANG, Shouyang. Policy assessments for the carbon emission flows and sustainability of Bitcoin blockchain operation in China. **Nature Communications**, no. 12, article 1938, 2021. <https://doi.org/10.1038/s41467-021-22256-3>
- LARA, Ricardo. Notas lukacsianas sobre a decadência ideológica da burguesia. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 91-100, jan./jun. 2013.
- LIMA, Átila de Menezes. A criação da pós-verdade e de processos de manipulação de massas como expressão de cortes epistemológicos da realidade e da miséria da razão. **Rev. Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 12, n. 3, p. 363-374, out. 2020.
- LÖWY, Michel. Michael Löwy critica Rio+20 e a propaganda da 'economia verde'. In: MENGARDO, Bárbara. **O que esperar da Rio+20 e como escapar do discurso da hipocrisia ambiental**. Caros Amigos, São Paulo, nº 180, mar/2012.

LÖWY, Michael. “A teoria do desenvolvimento desigual e combinado”. **Rev. Outubro**, n. 1, p. 73-80, 1998.

LÖWY, Michel. **Ecosocialism: A Radical Alternative to Capitalist Catastrophe**. Haymarket Books, 2015.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MAIA, Andreas. **Meio ambiente: A alternativa socialista**. Quinta-feira, julho 19, 2012, 13:00, Sítio da Esquerda Marxista – Seção Brasileira da Corrente Marxista Internacional. Disponível em <<https://www.marxismo.org.br/meio-ambiente-a-alternativa-socialista>> acesso em 21 de maio às 11:23, 2021.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Xamã, 2000.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. Trad. Sérgio Lessa; Paulo César Castanheira. Campinas: Boitempo, 2002.

NACIONES UNIDAS. **El futuro que queremos**. Documento final de la conferencia. In: Rio +20 – Conferencia de las NACIONES UNIDAS sobre el Desarrollo Sostenible; Río de Janeiro – Brasil, 22 de junio, 2012. Disponível em: <<https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/764Future-We-Want-SPANISH-for-Web.pdf>> acesso em 2 de maio de 2021 às 20:12 p.m.

PIRES, Guilherme Nunes; SILVA, Maria Beatriz Oliveira. Para além do ecologismo conservador: produção destrutiva e intensificação da crise ambiental. **Revista Espaço Acadêmico** - n. 196, p. 54-65, set., 2017.

PEIXOTO, Elza Margarida de Mendonça; BRANDÃO, André Figueiredo; FILHO, Edson do Espírito Santo; SANTOS FILHO, Osvaldo Teodoro; LOPES, Vania Pereira Moraes. Crise do capital, crise sanitária, crise política – Notas de conjuntura e educação. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 11, n. 3, p. 30-73, dez. 2019.

TASCHNER, N. P., ORSI, C., ALMEIDA, P. V. G., PILATI, R. The impact of personal pseudoscientific beliefs in the pursuit for non-evidence-based health care. **Journal Evid-Based Healthc**. 2021. <http://dx.doi.org/10.17267/2675-021Xevidence.2021.e3516>

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 9. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAITO, Kohei. **Karl Marx’s Ecosocialism: Capital, Nature and the Unfinished Critique of Political Economy**. Monthly Review Press, 2017.

SAITO, Kohei. Os cardemos ecológicos de Marx. **Crítica Marxista**, n.50, p.193-213, 2020.

VAISMAN, Ester. A ideologia e sua determinação ontológica. **Verinotio revista online** – n. 12, Ano VI, out./2010.

*Recebido em: 02/11/2021*

*Aceito em: 13/01/2022*

*Publicado em: 28/01/2022*